

PORQUE SOMOS CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA

A Adunesp S. Sindical divulga dois importantes documentos para a discussão da Reforma Universitária, aprovados no 24º Congresso do Andes-SN, realizado em Curitiba de 24/02 a 01/03/05. Esses documentos expressam a posição do Sindicato frente à conjuntura atual ([Carta de Curitiba](#)) e a Reforma Universitária ([Agenda para a Educação Superior: uma proposta do Andes-SN para o Brasil de hoje](#)) e foram construídos para instrumentalizar as discussões, que deverão ganhar espaço no próximo período, nos debates nos campi, nas congregações, etc..

É importante ressaltar que o movimento docente nunca deixou de ter em pauta a Universidade. É exatamente o acúmulo de discussão sobre o tema que lhe permitiu elaborar o *Cadernos 2 do Andes – Proposta para a Universidade Brasileira*, bem como participar ativamente do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que, no II CONED (Congresso Nacional de Educação), em 1997, elaborou o Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, assumido pelo Deputado Federal Ivan Valente no PL nº 4.155/98, que tramitou no Congresso Nacional, e depois foi derrotado pelo Substitutivo do Governo. Tais fatos demonstram não só a luta política do sindicato em defesa da Universidade e da Educação Públicas, mas a sua contribuição efetiva à discussão das políticas educacionais, conferindo-lhe a autoridade de um debatedor importante no cenário nacional.

Vale frisar que o Sindicato tem uma proposta concreta e há tempo para a educação. Portanto, a sua posição de não participar da Reforma Universitária decorre do fato desta Reforma proposta pelo Governo fazer parte da agenda de discussão dos organismos internacionais, como foi a Reforma Previdência - recentemente aprovada com as cruéis conseqüências para a Universidade Pública – e, como está sendo, também, a Reforma Sindical/Trabalhista. Essas reformas não tratam de avanços sociais para a sociedade brasileira, mas de redefinição do papel do Estado e da reorganização da produção na sociedade contemporânea, na perspectiva neoliberal. Assim, as chamadas reformas estão cumprindo o papel político de Contra-Reforma, constituindo-se em mecanismos de usurpação de conquistas históricas, sutilmente disfarçados de socialização de direitos e fim de privilégios.

É neste contexto que se deve pautar a discussão da Reforma Universitária, que desde a sua proposta inicial, feita por um Grupo de Trabalho Interministerial em dezembro de 2003, até o momento da apresentação final do anteprojeto em dezembro de 2004, passando por mudança de ministro, apresenta um processo conturbado, confuso, muito longe de efetivar o debate democrático.

Além do exposto, algumas questões devem ser destacadas para melhor compreensão desse debate:

1. Enquanto o Governo “elaborava” a versão final do anteprojeto, foram transformados em leis: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

(SINAES), lei 10.861, aprovada em 14/04/2004 e sua regulamentação por meio da Portaria do MEC 2.051 em 09/07/2004; a Lei de Incentivos à Inovação Científica e Tecnológica, aprovada em 11/11/2004; o Programa Universidade para Todos – PROUNI, lei 11.096, de 13/01/2005; e a lei das Parcerias Público e Privado, lei nº 11.079, de 30/12/2004. Todas essas leis têm conseqüências diretas para a Universidade Pública, portanto, tal situação é no mínimo atrelar a Reforma Universitária ao que, espertamente, já foi transformado em lei há pouco tempo. Uma discussão realmente democrática, o que se esperava desse Governo, não pode ter vícios dessa ordem, tão criticados em governos anteriores, e lançar mão de medidas provisórias para fazer valer a sua política.

2. Propor reformar a educação pública sem mencionar a derrubada do veto de Fernando Henrique Cardoso ao 7% do PIB para a educação, previsto no Plano Nacional de Educação é desqualificar o debate. O próprio diagnóstico do MEC sobre as universidades federais já apontava as precaríssimas condições de infra-estrutura e falta de docentes e funcionários. Falar em expansão, sem repor o orçamento que já houve e ampliá-lo, com garantia de ensino, pesquisa e extensão de qualidade, é inaceitável. Ainda pior, apresentar como condição o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como um contrato de gestão que irá regular a liberação de recursos é permitir que a lógica empresarial permeie a concepção de universidade, abandonando os princípios mais caros de defesa da universidade pública, como o padrão único de qualidade. Nessa perspectiva, as universidades fragilizadas continuarão assim e os centros de excelências serão restritos e privilegiados.
3. A Assistência Estudantil é uma questão crucial na discussão do Acesso/Permência dos alunos na universidade. Reduzir o seu financiamento a uma modalidade de Loteria, ou ao Programa do 1º Emprego Acadêmico demonstra o descaso para com a política de inclusão e a precarização das atividades meios da universidade. A Assistência Estudantil deve ser uma rubrica no orçamento da universidade, com os recursos necessários para viabilizar as tão profaladas ações afirmativas.
4. Há uma tímida tentativa de regulamentação do setor do ensino privado e alguns acenos como eleição direta para reitor/vice, que são exatamente um desvio das questões centrais, pois este Anteprojeto visa a mudar o modelo de universidade, ferindo a sua autonomia e não lhe garantido o financiamento.
5. Por último, esse debate tem conseqüências diretas nas universidades estaduais paulistas e, em especial na Unesp, que já se antecipou no processo de expansão sem garantia de financiamento público e já mostrando os resultados dessa política.

A Adunesp tem participado ativamente de todos os debates e manifestações que envolvem essa discussão, continuará promovendo debates sobre o tema e manterá a sua luta **CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA**. Espera-se que os órgãos colegiados da Universidade façam a devida discussão e se posicionem efetivamente a favor da Universidade Pública e contra a política de destruição dos serviços públicos.

Saudações Sindicais e Universitárias!

Adunesp S. Sindical